

ATA Nº 01/2005 DA REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO POPULAR - COMHAP

Aos trinta dias do mês de Maio do ano de dois mil e cinco realizou-se a primeira reunião ordinária do ano corrente, no salão nobre da Secretaria de Desenvolvimento Econômico – SDE, Rua São José nº 01, Centro. Tendo como pauta de discussão: Abertura, apresentação do conselho, apresentação do relatório do Habitafor, espaço para questões levantadas e encaminhamentos. Participaram da reunião os conselheiros: José Roberto Matos Cabral, José Carlos Gama, Euler Sobreira Muniz, José de Freitas Uchoa, Francisco Edson Alves, Neide Aparecida de Souza Freitas, Maria Gorete Fernandes Nogueira, Ana Paula da Silva Pereira, Francisco Antônio F. de Almeida, Francineide de Moraes Bezerra, Walter Cavalcante, a secretária executiva Maria Ruiconeide Silva de Almeida e os seguintes convidados: Olinda Marques (presidente do Habitafor), Maria Edite silva (políticas públicas), Themis Amorim Aragão (Habitafor), Roberto Cavalcante (ex-presidente do Habitafor).

1. A reunião foi coordenada pelo presidente do COMHAP, o sr. Secsretário da SDE, José de Freitas Uchoa. O presidente abriu a reunião informando a pauta. Em seguida o conselheiro José Roberto Cabral pediu esclarecimento acerca do projeto de lei de reformulação do COMHAP que tinha sido encaminhado na reunião de Outubro para ser votado na câmara de vereadores. O presidente perguntou ao sr. Roberto Cavalcante se teria alguma informação sobre o projeto de lei, o mesmo respondeu que tinha sido encaminhado para a câmara. No entanto não tinha maiores informações. Cineide Almeida secretária executiva do COMHAP, informou que pesquisou, mas não localizou o projeto e certamente não foi votado, pois não foi localizado junto as votações que aconteceram no mês de Dezembro. Roberto Cabral retomou a palavra informando que desde a gestão passada exige explicações sobre o fundo de terras uma conquista do ano de hum mil novecentos e oitenta e nove, ressalta que espera da nova administração tornar claro o funda da terra, pois os empresários pagam, mais não aparecem, é preciso abrir essa discussão com a sociedade, pois para a habitação o mais caro é a terra, é difícil colocar publicamente para gerar especulação, senti a preocupação do dr. Roberto Cavalcante por não ter reposta de quando estava a frente do Habitafor. Dr. Roberto Cavalcante pediu a palavra e informou que cheguei a negociar seis mil moradias com o fundo de terra, mas, depois o prefeito Juraci passou para as regionais a partir do ano de dois mil, “em dois mil e um solicitei informações às regionais, apenas o dr. João Melo respondeu sobre o terreno, as outras regionais não deram retorno, a coisa vem funcionando assim, uma parte com as regionais e outra com a secretaria de infra-estrutura, aprovam o loteamento só que não existe registro”. Cineide solicitou ao presidente que retomasse a pauta para que os conselheiros se apresentassem como também todos os presentes. Após as apresentações a palavra foi dada a presidente do Habitafor que apresentou o relatório abordando várias questões acerca da situação em que se encontra a instituição: Equipe técnica administrativa insuficiente, concentração das ações com muitos programas pulverizados; estrutura centralizada; serviço atrasado; dívida flutuante de dois milhões;



ausência de canais de participação; acúmulo de demandas de cadastro sem previsão de atendimento; as demandas dos cadastros não são respeitadas; indústria do cadastro; banco de dados não corresponde a realidade. Segundo Olinda Marques, a partir do diagnóstico tentou resolver algumas questões, aumentar o quadro técnico, pois encontrou apenas um engenheiro eletricista e um arquiteto, O Habitafor era o escritório do PHBB (Programa Habitar Brasil - BID). Encontrou apenas o projeto da maravilha, contrato com atraso e muitas pendências. Tentou localizar os fundos de terra, o documento das regionais só aparecem nas plantas. Pediu a palavra o representante da SINDUSCON, o mesmo parabenizou o grupo que está à frente do Habitafor, informou que já conhecia esse diagnóstico desde Abril de dois mil e um, onde tudo isso foi tratado e nada foi feito “Queremos saber da atual administração qual é o interesse, pois Fortaleza foi prejudicada na administração passada pela ausência de políticas habitacionais. Essas reuniões são importantes, mas é preciso captar verbas do governo federal”. Olinda retomou a palavra dizendo que a prefeitura perdeu quatro mil e quinhentos unidades porque não encaminhou o projeto para o governo federal, o Habitafor estar trabalhando para recuperar o que foi perdido e tem conhecimento de denúncias do ministério público da existência do comercio clandestino de lotes, e informa que está sendo construído um banco de dados. José Roberto ressalta que “a exposição do Habitafor não é nada de novo para esse conselho e que não existia política habitacional por interesses outros é sabido”. O presidente pediu a palavra e disse que o fundamental agora era definir o papel do conselho. Era importante que essa reunião tirasse comissão para discutir e encaminhar o projeto de lei que reformulasse o conselho que atualmente é consultivo e deve passar para deliberativo, como também apresentar propostas de composição levando em conta a realidade da nova administração e dos movimentos sócias. Todos concordaram com o encaminhamento tendo ficado a reunião desta comissão para dia sete de Maio. Cineide apresentou a ata de Outubro de dois mil e quatro que ainda não tinha sido aprovada, os conselheiros leram individualmente sugerindo que a mesma fosse lido e aprovada na próxima reunião depois das correções. A próxima reunião ficou marcada para o dia vinte e sete de Junho. Não tendo sido mais nada acrescentado o presidente agradeceu a presença e encerrou a reunião. Eu, Cineide Almeida lavrei esta ata.
